

FIPERJ

Fundação Instituto de Pesca
do Estado do Rio de Janeiro



RELATÓRIO 2011



GOVERNO DO
**Rio de
Janeiro**

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
ABASTECIMENTO E PESCA



Um ano de transformações

Em janeiro de 2011, o Governador Sérgio Cabral, de forma muito perspicaz, decidiu dinamizar o desenvolvimento de importantes setores da sócio economia fluminense. Nascia assim a Sedrap - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, que teve a sua gestão confiada ao jovem e empreendedor deputado Felipe Peixoto, que, tão logo tomou o comando e convidou-me para assumir a presidência da Fiperj Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, creditando-me uma importante missão.

Eu, que já fizera parte da Comissão de Assuntos Fundiários e também da Seaf - Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, durante os dois governos de Leonel Brizola, defendendo a regularização fundiária, o direito à posse da terra a trabalhadores, lavradores e comunidades rurais, deparei-me com uma desafiadora e estimulante missão: conduzir a Fiperj a uma nova e positiva fase de crescimento institucional, garantindo-lhe condições de quebrar paradigmas históricos e se apresentar em condições de enfrentar a demanda para desenvolver o imenso potencial da pesca fluminense. Em companhia do Secretário Felipe Peixoto, percorremos grande parte das cidades fluminenses, a fim de conhecer *in loccus* os atores e todos os problemas do setor.

Encontramos também uma Fiperj muito desestruturada, com poucos veículos velhos e com uma sede mal situada, muito distante dos pescadores e aquicultores, dificultando sobremaneira o acesso à instituição. Tais condições, porém, contrastaram com algo muito importante para a saúde de qualquer organização. Percebemos a presença de um corpo técnico excelente, muito comprometido com a instituição e vocacionado para as atividades do setor. Por essa razão, entendi prontamente que deveria manter essa equipe e que valorizar esses competentes profissionais seria uma obrigação. Prontamente, nos empenhamos e conseguimos melhorar as condições de trabalho. Os salários foram ajustados, trouxemos novos profissionais. Também renovamos e ampliamos a nossa frota de veículos. Revitalizamos assim as nossas ações de trabalho, em pesquisa, assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, e capacitação profissional de pescadores e aquicultores.

Atualmente nos posicionamos diante de nosso público de forma infinitamente superior e bastante propositiva. Conseguimos estabelecer boas parcerias para a captação de recursos e execução de projetos com as entidades do setor, universidades, prefeituras, órgãos do próprio governo estadual e também com o Governo Federal, especialmente o Ministério da Pesca e Aquicultura e também o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Aliados a todos os parceiros, procuramos construir uma política sólida em favor do desenvolvimento sustentado da pesca e da aquicultura do Rio de Janeiro.

Seguindo uma tendência mundial de valorização da aquicultura e o aumento da sobrepesca, a Fiperj apostou em fomentar e desenvolver projetos na área da aquicultura, incentivando as boas práticas e manejo sustentável dessa atividade. Foram recuperadas as estações de piscicultura de Cordeiro e de Rio das Flores, além de prestarmos assistência e apoio técnico em importantes projetos nas áreas de ranicultura e maricultura, tendo destaque o cultivo do bijupirá, na Ilha Grande, em Angra dos Reis.

Na área da pesca, desenvolvemos importantes ações, como a realização da Estatística Pesqueira, que a cada dia posiciona de forma mais contundente a real posição do Rio de Janeiro no ranque nacional da produção da pesca marinha. Em 2011, o monitoramento elevou a pesca da sardinha a valores próximos a 80 mil toneladas. Revitalizamos também a Escola de Pesca, localizada em São Gonçalo, que passou a exercer a sua função nata de formação de pescadores profissionais.

Para termos uma presença mais direta e efetiva no interior, junto às principais comunidades pesqueiras do estado, o Governador Sérgio Cabral autorizou a realização de nosso Concurso Público, que será concluído ainda no 1º semestre de 2012. Há cerca de 20 anos a Fiperj não realizava concurso público. O corpo técnico da Fiperj será fortalecido com a chegada de 31 novos profissionais, entre pesquisadores, extensionistas, técnicos de recursos pesqueiros e de laboratórios. Também estamos trabalhando duro na estruturação de oito escritórios regionais, que permitirão grande capilaridade e melhor organização de nosso trabalho.

No ano que se inicia, teremos a inauguração da nova sede da Fiperj, com condições dignas de trabalho, espaçosa e estruturada, privilegiadamente localizada próximo ao Mercado de Peixes São Pedro, em Niterói. Nesse espaço atuam inúmeras representações do setor e onde, em 2011, estivemos participando, juntos à Sedrap, da 1ª Semana de Gastronomia de Frutos do Mar.

Diante de todos esses fatos, me sinto muito feliz pelas conquistas alcançadas em 2011. Foi um ano que ficará marcado na história da Fundação. Contudo, sei também que ainda temos muito por fazer e muito para avançar. No trabalho da Fiperj, o esforço de todos e a confiança de cada um favorecerá sobremaneira a consolidação da real vocação da pesca e aquicultura, como atividades de grande relevância social, econômica e ambiental em todo o Estado do Rio de Janeiro.

MARCO BOTELHO
Diretor Presidente Fiperj



Sérgio Cabral Filho
Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão
Vice-Governador

Felipe dos Santos Peixoto
Secretário de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca



Marco Antonio Barros Botelho
Presidente

Augusto da Costa Pereira
Diretor de Pesquisa e Produção

Valmir Machado Rodrigues
Diretor de Administração e Finanças



FIPERJ

Fundação Instituto de Pesca
do Estado do Rio de Janeiro

Equipe Técnica

Antonio Gomes Filho
Amaro Valente Gomes Junior
Benito Gonzaga da Igreja Junior
Bruna Roque Loureiro
Caroline Martins Lisboa
Flávia Aline Andrade Calixto
Francyne Carolina dos Santos Vieira
Gilson Afonso de Menezes
Hilanna Lessa de Souza
Ive dos Santos Muzitano
José T. de Seixas Filho
Karoline Oliveira Mesquita
Leise Oliveira

Lucia Guirra
Luzia Triani
Marciel Guelere Rio das Flores
Maria Dalva S.Ribas Pinto
Maria de Fátima Moraes Valentim
Monique V. B. dos Santos
Paula Durgante Ritter
Raquel Rennó Mascarenhas Ingletto
Ricardo Cavalcanti Martino
Roberto Rosa Pereira
Rodrigo Fróes
Thiago Oliveira Menezes
Úrsula André Hallais Issa

Equipe Administrativa e Financeira

Coordenadora Administrativa

Kenya S. C. Jasbick

Coordenadora Financeira

Maria Inês da Costa Lira

Assessora Especial de Gabinete

Heloisa Affonso

Assossora Jurídica

Denise Rangel

Assessor de Comunicação

Matheus Dames

Diagramação

Paula Ribeiro

Índice

1 - Pesca

- 1.1 - Vocação Pesqueira Fluminense
- 1.2 - Estatística Pesqueira do Rio de Janeiro
- 1.3 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira
 - 1.3.1 - Capacitação de Pescadores
 - 1.3.2 - Cidadania e Projetos Sociais
 - 1.3.3 - Conservação e Beneficiamento de Pescado
 - 1.3.4 - Crédito Pesqueiro
 - 1.3.5 - Meio Ambiente e Educação Ambiental
 - 1.3.6 - Ordenamento Pesqueiro
- 1.4 - Pesquisa na Área de Pesca
 - 1.4.1 - Ecologia e Ecossistemas Costeiros
 - 1.4.2 - Qualidade e Tecnologia de Pescado
 - 1.4.3 - Manejo de Isca-viva

2 - Aquicultura

- 2.1 - Potencial Aquícola Fluminense
- 2.2 - Assistência Técnica e Extensão em Aquicultura
 - 2.2.1 - Licenciamento Ambiental
 - 2.2.2 - Piscicultura de Águas Interiores
 - 2.2.3 - Piscicultura Marinha
 - 2.2.4 - Malacocultura
 - 2.2.5 Ranicultura
- 2.3 - Pesquisa na Área de Aquicultura
 - 2.3.1 - Algologia
 - 2.3.2 - Nutrição de Organismos Aquáticos
 - 2.3.3 - Ranicultura

3 - Divulgação de Trabalhos de Pesquisa

4 - Principais Programas e Redes de Trabalho

5 - Relacionamento Institucional

- 5.1 - Entidades de Representação
- 5.2 - Entidades de Pesquisa e Ensino
- 5.3 - Organizações Governamentais de Âmbito Federal
- 5.4 - Organizações Governamentais de Âmbito Estadual
- 5.5 - Organizações Governamentais de Âmbito Municipal
- 5.6 - Organizações Não Governamentais

6 - Participação em Eventos

7 - Diretoria de Administração e Finanças

8 - A Fiperj na mídia

PESCA

1.1 - Vocação Pesqueira Fluminense

O Estado do Rio de Janeiro tem uma das mais extensas linhas costeiras do país (635 km), ocupando a 3^a posi o em rela o às demais unidades federativas, apesar de contar com apenas 0,5% da superfície territorial brasileira. Além disso, cerca de 620 ilhas oceânicas aumentam de sobremaneira a extensão da costa do Estado. A faixa costeira fluminense   composta por 27 municípios, divididos em três trechos distintos de forma o litorânea. O primeiro, caracterizado pela presença de baixadas e restingas, vai do delta do Rio Paraíba do Sul, na região norte do Estado, até a cidade de Arraial do Cabo.



Traineira de cerco para captura de sardinha

O segundo trecho caracteriza-se pela presença de restingas, lagoas e baixadas, estendendo-se desde Arraial do Cabo até a ilha de Itacuru , em Mangaratiba. As restingas, como a da Marambaia, são extensas no litoral, isolando antigos braços do mar, que hoje formam lagoas, como as Lagoas Rodrigo de Freitas e Jacarepaguá.

O terceiro tipo de litoral encontrado no Estado do Rio de Janeiro estende-se da ilha de Itacuru  até a região de Parati, ao sul, e se caracteriza pelo encontro da Serra do Mar com o oceano. Também conhecido como Costa Verde, que apresenta praias e cordões arenosos estreitos, que refletem o contraste entre o mar e a montanha.

A diversidade geográfica da costa fluminense, aliada às características oceanográficas do litoral, como a ocorrência da ressurgência, fen meno natural de afloramento de águas frias e ricas em nutrientes que enriquece as águas da plataforma costeira, mant m a alta diversidade e produtividade de espécies pesqueiras.

Abrigando o 2^o maior mercado consumidor do país, o Estado do Rio de Janeiro tem na pesca uma importante atividade socioecon mica, envolvendo um contingente de trabalhadores da pesca superior a 30 mil pessoas. A pesca comercial artesanal ocorre em todo o litoral, nos rios e

lagoas. Já a pesca de maior escala, conhecida como pesca comercial industrial, tem expressiva representa o no estado, se baseando em portos específicos que apresentam uma infraestrutura mínima para seu desembarque, além da facilidade do escoamento da produ o. Tal fato fundamenta a posi o de destaque do Rio de Janeiro, como responsável pela produ o anual de quase 80 mil toneladas de pescado marinho, ocupando a 4^a posi o na produ o brasileira.

A esse conjunto de atributos naturais e vantagens competitivas denomina-se "voca o pesqueira". E, assim como ocorre em outros Estados, há a necessidade de estabelecer políticas públicas integradas nas diferentes esferas públicas e privadas para desenvolver em bases sólidas e sustentáveis a Voca o Pesqueira Fluminense.

No plano ambiental, a prote o dos meios aquáticos tem sido a meta dos órgãos ambientais federais e estaduais, através da cria o de Unidades de Conserva o ao longo do litoral. Na tentativa de preservar a pesca dos efeitos degradantes de outras atividades que impactam de sobremaneira o ecossistema aquático (petróleo, pressão imobiliária, lançamentos de esgotos urbanos in natura nos corpos hídricos, etc.) não se pode limitar às a oes ao combate   pesca predatória, apenas.

No plano econ mico,   fundamental a implanta o imediata e definitiva do terminal pesqueiro público no estado, uma vez que a precariedade da infraestrutura atual contribui substancialmente para a pulveriza o do desembarque e a retra o da atividade como um todo, o que faz desestimular o setor. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca está trabalhando numa proposta de Condomínio Industrial Pesqueiro em São Gonçalo, onde se concentrariam as indústrias de processamento de pescado, fábrica de gelo, latas, farinha de peixe, etc. Foi apresentado ao MPA para abrigar na mesma área o Terminal Pesqueiro Público Federal. O projeto intitulado Cidade da Pesca está em fase inicial de negocia o.



Bote cercando cardume

  igualmente fundamental a amplia o da estatística pesqueira e a figura o dos números do setor na socioeconomia oficial do Estado, sem a qual a atividade   remetida a uma condi o marginal. Não menos

importante, o conhecimento científico local da pesca, a assistência técnica e a capacitação de pescadores voltados para a profissionalização do setor é essencial.

1.2 - Estatística Pesqueira do Rio de Janeiro



Técnico faz análise de peixes desembarcados

O Brasil tem uma das maiores linhas de costa do mundo, com cerca de 8.500 km de extensão, e uma grande diversidade de organismos marinhos, considerados recursos econômicos e naturais. Destes, o pescado representa importante fonte de alimento e trabalho, conferindo grande relevância às questões e pesquisas relacionadas a esses recursos. Embora a pesca brasileira seja uma atividade econômica das mais tradicionais, a produção de pescado de origem marinha não é conhecida com precisão. O último boletim de estatística de pesca apresentou um total de quase 536 mil toneladas produzidas pela pesca extrativa marinha divulgado para o ano de 2010 (MPA, 2012).

No Sudeste, a pesca se caracteriza por nítida diversificação e, segundo dados do MPA (2012), a região ocupa a quarta posição na produção de pescado marinho e estuarino do país, sendo o Estado do Rio de Janeiro apontado como o quarto maior produtor nacional (54 mil toneladas). Resultante, principalmente, do estágio avançado de sobreexploração das principais espécies pelas quais há interesse econômico, além da poluição das águas, as capturas vêm apresentando um comportamento geral decrescente ao longo das últimas décadas. Outro aspecto relevante que contribui para esse cenário é que a produção pesqueira fluminense tem sido tradicionalmente subestimada, por não haver uma coleta de dados de desembarque contínua e eficiente na maior parte do Estado.

A estatística pesqueira é de fundamental importância para que seja possível conhecer o estado de exploração dos estoques e subsidiar medidas de ordenamento. Porém, essa não é uma tarefa fácil, principalmente pela quantidade e distância entre os pontos de desembarque. Mas sem essas informações não há base para o ordenamento pesqueiro ou administração dos recursos, e a fragilidade da estatística aumenta as dificuldades em se diagnosticar o setor e avaliar interferências e impactos de diversas naturezas.

A Fiperj entende que a busca de informações acerca da produção pesqueira deve ser feita dividindo responsabilidades entre prefeituras e governos Estadual e Federal. Os gastos com a estruturação de um sistema

de coleta de dados nos pontos de desembarque ao longo de todo o litoral fluminense, se custeados pelos municípios, com a assistência técnica do Estado, seriam diluídos, e o aporte de informações padronizadas ao Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – Sinpesq, que está sendo organizado pelo MPA, daria maior visibilidade ao Rio de Janeiro.

A validade da aplicação de técnicas estatísticas para a análise deste tipo de informação é dependente da qualidade dos dados básicos originais, tais como captura total, esforço de pesca, tamanho e estrutura das capturas. É neste contexto que o envolvimento direto do setor produtivo na geração de informações assume grande importância para posterior aplicabilidade nas medidas de gestão pesqueira.

Após um período sem coletar dados, a Fiperj retomou em 2010 essa atividade, iniciando a execução do convênio firmado com o MPA para o Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira, nos municípios de Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo e Cabo Frio. Em 2011 o município de São João da Barra também começou a ser monitorado por uma equipe de campo, que diariamente está presente nos cais de desembarque acompanhando as descargas de pescado e entrevistando mestres e pescadores sobre a atividade.

O trabalho de acompanhamento da produção com o Projeto Estatística Pesqueira – Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro visa obter informações sobre a produção pesqueira e as embarcações atuantes no litoral do Estado do Rio de Janeiro, bem como sobre os aspectos biológicos das espécies-alvo, provendo o Governo Federal, setor científico, setor produtivo e sociedade em geral, de uma rede de coleta de informações contínuas e atualizadas com vista ao subsídio na elaboração de políticas públicas que promovam o uso sustentável da pesca.



Coletora recolhe dados em um ponto de desembarque

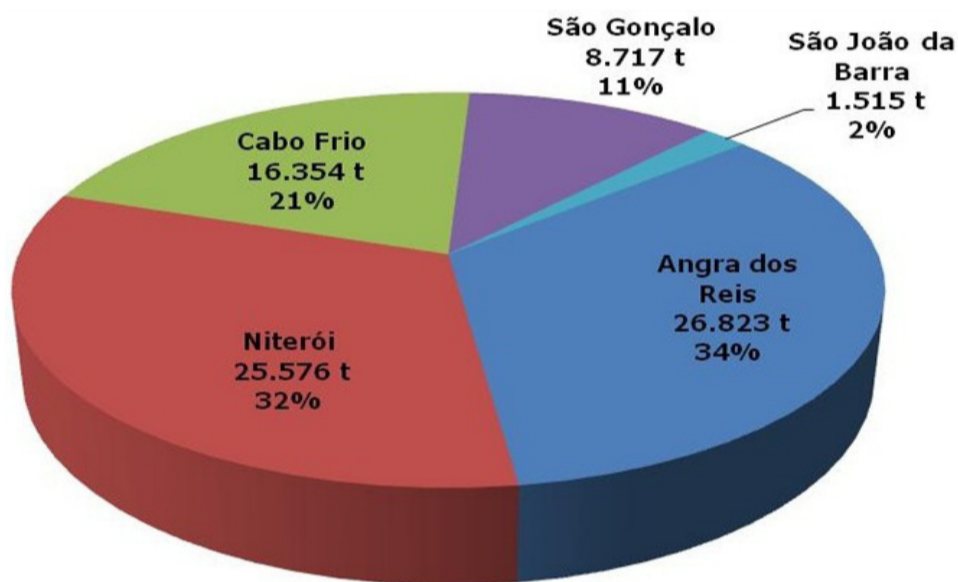
Os objetivos específicos são:

- Estimar a produção pesqueira desembarcada e suas oscilações sazonais e espaciais;
- Caracterizar a frota quanto aos tipos de petrechos e embarcações utilizadas;
- Caracterizar a infraestrutura quanto a: localização, acesso náutico e viário para escoamento da produção, fornecimento de insumos, condições sanitárias;
- Caracterizar a estrutura da população dos principais recursos pesqueiros quanto às classes de comprimento-

padrão, relação peso/comprimento, comprimento médio de primeira maturação e proporção sexual;

- Descrever os aspectos reprodutivos das espécies-alvo.

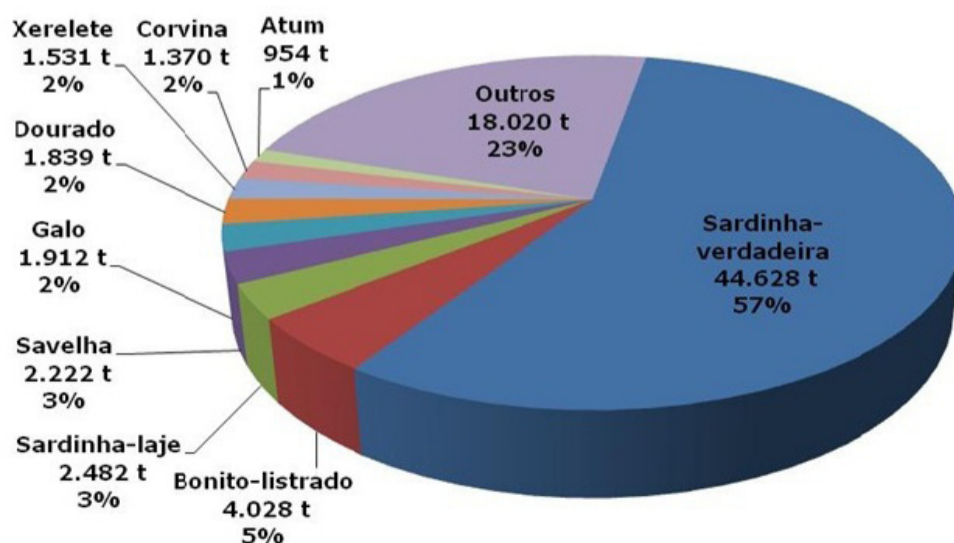
Em 2011 foram monitorados 11.895 desembarques, e os resultados do Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro mostram que o município de Angra dos Reis se apresentou como o maior porto de desembarque de pescado fluminense, seguido de Niterói, Cabo Frio e São Gonçalo. Esses portos são utilizados por embarcações de pequena a grande escala, que possuem características variadas de tamanho, tonelagem de arqueação bruta e potência de motor. O município de São João da Barra, por sua vez, contrasta com os demais por suas embarcações serem apenas de pequena escala, refletindo na produção anual comparativa aos outros municípios monitorados.



Produção pesqueira monitorada por município em 2011 (em toneladas)

Ao analisar os resultados por região, a Metropolitana se apresenta como o principal porto de desembarque do Estado do Rio de Janeiro, com 34 mil toneladas de pescado desembarcadas em 2011, equivalentes a 43% da produção estadual. Este fato reforça a necessidade de investimentos em infraestruturas que atendam a cadeia produtiva da pesca fluminense.

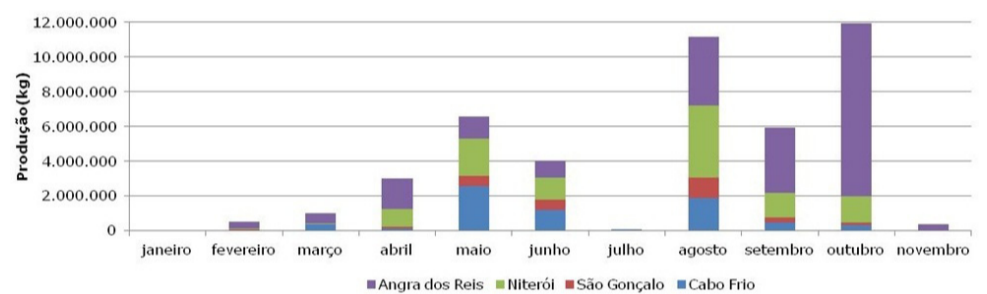
Uma análise mais específica da produção pesqueira revela que a sardinha-verdadeira é o principal recurso desembarcado no Estado do Rio de Janeiro, representando mais de 57% da produção estadual. A segunda espécie mais capturada foi bonito-listrado, seguida por sardinha-laje, savelha, galo, dourado, xerelete, corvina e atuns.



Produção pesqueira das principais espécies desembarcadas no Estado do Rio de Janeiro em 2011 (em toneladas e %)

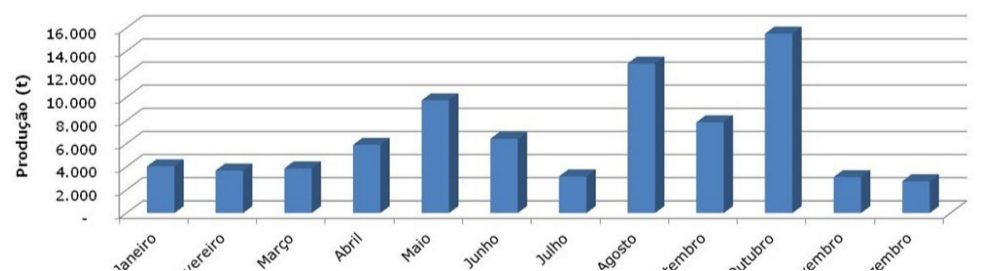
Em 2011, a produção fluminense de sardinha-verdadeira alcançou 44 mil toneladas, ou seja, 61% da produção nacional desembarcaram nos portos pesqueiros do Estado do Rio de Janeiro. Em Santa Catarina a produção monitorada foi de 25 mil toneladas (34%) e em São Paulo foi de 4 mil toneladas (5%). Foram monitorados diversos desembarques da frota de cerco destes estados nos municípios de Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo e Cabo Frio, demonstrando que o recurso pesqueiro se encontrava na costa fluminense. Apesar disso, muitas indústrias de conservas estão instaladas em Santa Catarina, para onde se destina grande parte da produção de sardinha-verdadeira, seja por caminhões que compram o pescado no Rio de Janeiro e transportam para as fábricas, ou por desembarque nos cais próprios das indústrias.

O município de Angra dos Reis foi o porto mais movimentado para os desembarques de sardinha-verdadeira, devido à facilidade de escoamento da produção para os estados mais ao sul do país. A produção local atingiu 23 mil toneladas, com o mês de outubro sendo o mais produtivo. Niterói ficou em segundo lugar (12 mil toneladas), seguido por Cabo Frio (7 mil toneladas) e São Gonçalo (3 mil toneladas).



Produção mensal de sardinha-verdadeira desembarcada nos Municípios monitorados, em 2011 (em kg)

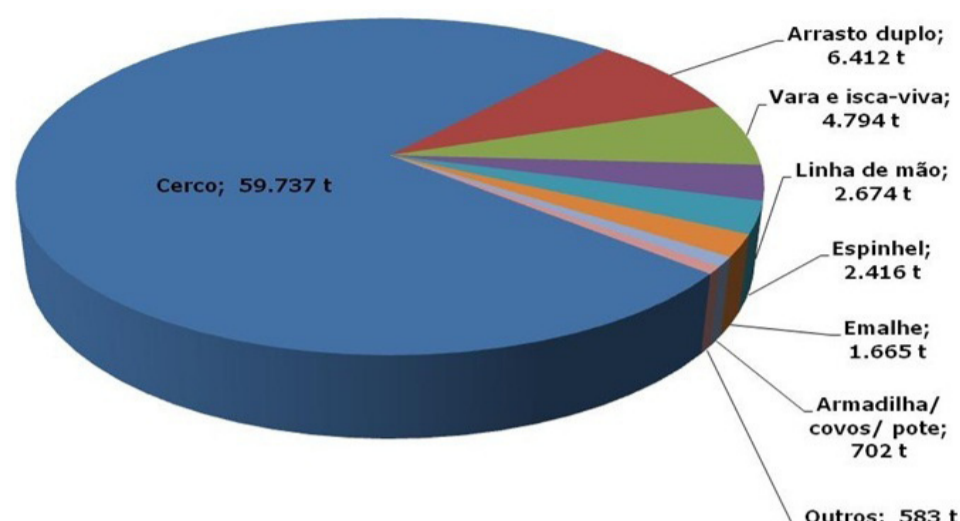
A produção mensal de pescado desembarcado nos cinco municípios monitorados mostra que o mês de outubro foi o mais produtivo, principalmente em decorrência da captura da sardinha-verdadeira. O segundo mês em volume de produção foi agosto, seguido por maio. Devido à grande representatividade da sardinha-verdadeira na produção mensal, os meses em que a pescaria deste recurso encontra-se proibida pelo estabelecimento dos períodos de defeso de reprodução (novembro a fevereiro) e de recrutamento (junho e julho), a produtividade declina nestes períodos.



Produção mensal desembarcada no Estado do Rio de Janeiro, em 2011 (em toneladas)

Ao analisar as artes de pesca praticadas pela frota, observamos a predominância do cerco em termos de produção, principalmente em virtude de cinco das espécies mais capturadas serem espécies-alvo desta arte, entre elas a sardinha-verdadeira. Em seguida, encontra-se o arrasto duplo que, por não ser uma arte de pesca seletiva, engloba a captura de uma grande diversidade de espécies, porém, nem sempre em grandes volumes. Já a vara e ísca-viva, assim como cerco, é mais direcionada a certos recursos (bonitos e atuns) e, portanto, capturam poucas espécies com alta produção. As pescarias de linha de mão ocupam a quarta posição, seguida pelos espinhéis, sendo as principais responsáveis pela captura

do dourado (sexta espécie mais desembarcada).



Produção por arte de pesca no Estado do Rio de Janeiro, em 2011
(em toneladas)

A seguir, é apresentada a listagem de espécies desembarcadas nos cinco municípios monitorados, bem como sua produção anual. Em Angra dos Reis, as cinco principais espécies foram: sardinha-verdadeira, sardinha-laje, carapau, galo e sardinha-boca-torta. Todas as espécies são capturadas através das traineiras que cercam os cardumes de pequenos pelágicos, principalmente nas águas interiores da Baía da Ilha Grande.

No município de Niterói, os cinco principais recursos pesqueiros desembarcados foram: sardinha-verdadeira, bonito-listrado, dourado, corvina e merluza. Enquanto no em São Gonçalo foram: sardinha-verdadeira, savelha, atum, dourado e corvina. Esse resultado demonstra a diversidade das frotas que desembarcam nos portos da Região Metropolitana. Apesar da sardinha-verdadeira ter predominância sobre as outras espécies, os municípios não

dependem apenas desse recurso pesqueiro, e as pescarias de vara e isca-viva, linha de mão, espinhel, emalhe e arrasto também são responsáveis por grande parcela das capturas.

Em ambos os municípios, a categoria de espécie indeterminada ocupa as primeiras posições em termos de produção desembarcada, devido à limitação de pessoal para monitorar os desembarques 24 horas por dia, diariamente. Essas informações são levantadas com os responsáveis pelos pontos de desembarque particulares, porém, não apresentam elevado grau de detalhamento, como ocorre quando a entrevista é feita pela equipe do projeto.

No município de Cabo Frio, as cinco principais espécies desembarcadas foram: sardinha-verdadeira, sardinha-laje, galo, xerelete e dourado. As espécies-alvo das traineiras de cerco predominam nas capturas, mas as modalidades de pesca de linha de mão e espinhéis também contribuem fortemente para a produção local.

De acordo com o último anuário estatístico da pesca e aquicultura publicado pelo MPA, o Estado do Rio de Janeiro produziu 54 mil toneladas de pescado proveniente da pesca extrativa marinha, alvo do atual monitoramento da Fiperj. No último quadrimestre de 2010, quando o projeto começou a ser executado, a produção levantada foi de 32 mil toneladas de pescado, ou seja, 59% do volume total estadual divulgado para o ano anterior. A produção anual de 2011 monitorada foi de 79 mil toneladas de pescado, representando um aumento de 46% em relação ao ano de 2010. Os bons números conseguidos com a implantação de um sistema de coleta de informações nos cinco municípios monitorados demonstram a importância da continuidade e ampliação da abrangência do projeto, colocando a produção fluminense entre as principais no cenário nacional.

Pescado	Angra dos Reis	Cabo Frio	Niterói	São Gonçalo	São João da Barra	Total
Abrótea	7.137	3.567	113.081	17.503	58	141.346
Abrótea-de-profundidade	-	13.480	143.240	53.778	-	210.498
Abrótea-verdadeira	-	3.310	26.627	18.606	-	48.543
Agulha	31	-	-	-	40	71
Agulhão	-	605	-	-	179	784
Agulhão-bandeira	-	28.199	-	-	-	28.199
Albacora-bandolim	3.000	9.175	150.073	117.322	410	279.980
Albacora-branca	-	2.035	172.504	71.291	-	245.830
Albacora-laje	52	77.962	246.841	46.341	3.742	374.938
Albacora-pulapula	-	40	17.285	-	-	17.325
Anchoveta	-	22.000	529	-	-	22.529
Atum	15.090	121.191	442.351	372.048	3.239	953.919
Bacurubá	191	-	-	-	-	191
Badejo	6	6.390	442	112	1.879	8.829
Badejo-da-areia	-	3.432	-	-	-	3.432
Badejo-pintado	-	36	-	-	11	47
Badejo-quadrado	-	613	-	-	-	613
Badejo-saltão	-	103	-	-	-	103
Bagre	8.826	3.370	47.011	1.318	4.200	64.725
Bagre-amarelo	-	-	-	-	2.899	2.899
Bagre-bandeira	-	1.038	-	-	1.655	2.693
Baiacu	318	1.570	5.838	990	51.023	59.739
Baiacú-bandeira	-	-	305	774	-	1.079
Batata-da-lama	1.189	40.628	304.066	105	456	346.444
Batata-da-pedra	125	8.809	4.172	269	-	13.375
Bicuda	43.037	7.279	3.610	1.041	27	54.994
Bijupirá	-	50	-	-	613	663
Bonito-cachorro	65.456	63.530	119.235	984	22.112	271.317
Bonito-listrado	11	36.851	3.776.598	213.767	1.049	4.028.276
Bonito-pintado	22.622	351.544	122.722	26.540	54.903	578.331

Cabrinha	1.845	5.064	32.911	6.547	4.915	51.282
Caçã	437	18.993	18.452	755	89.314	127.951
Caçã galha-branca	-	-	-	49	-	49
Caçã-anequim	1.097	7.046	14.698	923	464	24.228
Caçã-anjo	514	3.459	13.144	9.690	179	26.986
Caçã-azul	1.000	2.875	45.879	1.682	-	51.436
Caçã-bagre	-	161	8.644	2.728	-	11.533
Caçã-bagre-SqMi	-	-	200	-	-	200
Caçã-barriga d'água	-	195	-	-	3.000	3.195
Caçã-bico-doce	-	3.248	17	-	-	3.265
caçã-cabeça-chata	-	9.626	4.325	-	-	13.951
Caçã-canejo	-	338	150	-	-	488
Caçã-galha-preta	-	3.482	-	-	26	3.508
Caçã-machote	-	344	8.672	-	-	9.016
Caçã-mangona	-	-	214	-	-	214
Caçã-martelo	693	1.029	9.659	730	-	12.111
Caçã-martelo- Sple	-	194	1.356	-	-	1.550
Caçã-raposa	-	1.301	2.855	-	-	4.156
Caçã-tigre	-	28	133	146	12	319
Caçonete	-	914	5.162	445	4.721	11.242
Calamar	-	12	1.662	158	-	1.832
Camarão	8.745	627	10.784	795	467	21.418
Camarão-branco	2.946	809	119	33	-	3.907
Camarão-cristalino	237	2.037	16.883	12.733	-	31.890
Camarão-rosa	70.180	11.186	199.499	103.897	-	384.762
Camarão-sete-barbas	2.754	-	902	-	19.655	23.311
Camarupim	-	144	-	-	-	144
Canguá	2.250	2.320	-	-	-	4.570
Caranguejo-real	-	-	-	-	15	15
Caranha	32	-	-	6	-	38
Carapau	682.877	81.677	-	-	10.281	774.835
Carapeba	60	707	106	12	22	907
Carapicu	-	989	86	52	-	1.127
Caratinga	1.878	1.271	74	-	231	3.454
Castanha	2.266	34.430	59.413	18.508	11.147	125.764
Cavaca	307	2.888	21.306	13.770	100	38.371
Cavala	2.468	119.129	24.081	10.130	47.487	203.295
Cavalinha	74.032	222.376	208.917	31.258	105	536.688
Cavalinha-do-reino	-	3.826	-	-	-	3.826
Cherne	1.596	20.857	44.080	308	1.411	68.252
Cioba	-	1.135	29	-	156	1.320
Cirurgião	-	-	-	-	44	44
Cocoroca	389	11.909	11.283	175	8.395	32.151
Coió	-	1.733	163	25	-	1.921
Congro	161	189	3.973	554	-	4.877
Congro-rosa	2.471	121.952	244.712	108.561	-	477.696
Corvina	323.702	53.905	659.143	214.897	117.870	1.369.517
Dourado	22.556	632.015	844.404	266.027	74.467	1.839.469
Enchada	-	4.118	5.636	1.809	91	11.654
Enchova	520	412.425	137.223	39	62.650	612.857
Enguia	-	-	21	-	-	21
Espada	84.926	403.835	46.282	11.877	39.074	585.994
Farnangaio	23.680	120	372	400	443	25.015
Folha-de-mangue	-	248.602	73.178	71	6.436	328.287
Galha de caçã	-	-	184	-	-	184
Galo	472.784	1.122.647	175.377	6.230	134.842	1.911.880
Galo-de-penacho	-	11.685	40	-	11.296	23.021
Garoupa	62	5.419	2.527	93	1.176	9.277
Garoupa-de-São-Tomé	-	112	73	-	-	185

Goete	65.542	40.998	46.411	36.709	5.923	195.583
Gordinho	1.611	62.940	6.938	3.214	2.119	76.822
Guaivira	6.144	143.963	4.983	1.487	28.127	184.704
Indeterminado	5.500	200	580.138	339.814	3.752	929.404
Lacraia	-	1.068	7.184	3.351	-	11.603
Lagosta	69	702	350	25	11	1.157
Lanceta	-	604	18.932	7.765	-	27.301
Linguado	1.639	1.635	8.789	13.643	618	26.324
Linguado-areia	-	3.853	352.742	87.312	448	444.355
Linguado-verdadeiro	1.144	2.384	17.558	32.161	146	53.393
Lírio	153	728	411	18	-	1.310
Lula	20.593	24.676	144.721	41.294	-	231.284
Manjubinha	209	60	2.168	-	-	2.437
Maria luiza	-	5.070	-	-	-	5.070
Maria-mole	3.863	18.587	124.552	90.898	3.533	241.433
Marimbá	521	2.324	2.904	1.277	27	7.053
Marlin	80	19.994	37.056	19.492	4.958	81.580
Marlin-azul	-	407	100	300	-	807
Marlin-branco	-	2.739	1.620	276	-	4.635
Marmota	4.124	79.054	205.662	133.397	-	422.237
Meca	4.000	74.141	225.677	25.974	2.975	332.767
Merluza	1.053	40.116	462.005	123.195	-	626.369
Michole	4.017	4.770	4.373	1.569	-	14.729
Miracéu	-	100	20	1.658	22	1.800
Mistura	11.346	37.356	120.312	47.121	15.706	231.841
Namorado	3.179	116.130	289.036	5.980	1.796	416.121
Olhete	3.464	12.601	9.732	-	7.497	33.294
Olho-de-boi	2	1.547	1.268	-	6.718	9.535
Olho-de-cão	26.704	68.928	18.753	1.588	34.357	150.330
Olhudo	12.312	5.514	-	-	36	17.862
Palombeta	42.760	35.720	-	-	35	78.515
Pampo	338	2.561	680	34	1.386	4.999
Papa terra	5.801	3.158	10.557	7.158	2.691	29.365
Parati	5.854	562	16.985	3.623	-	27.024
Parati-barbudo	35	-	122	131	-	288
Pargo	159	268.997	26.955	20.843	12.454	329.408
Pargo Pena	-	3	-	-	-	3
Pargo-mulato	-	-	400	-	-	400
Parú	1.727	1.734	41	4	2.423	5.929
Peixe-prego	-	611	2.234	20	32	2.897
Peixe-rato	-	84	2.742	87	-	2.913
Peruá	5.214	56.789	13.701	3.841	68.405	147.950
Peruá-chinelo	115.083	476.995	13.791	231	146.362	752.462
Pescada	1.226	2.842	8.749	4.509	21.613	38.939
Pescada-amarela	5	2.124	194	-	75.770	78.093
Pescada-bicuda	-	2.859	19.239	488	-	22.586
Pescada-perna-de-moça	-	227	1.158	3.380	1.411	6.176
Piraúna	-	-	1.328	8	-	1.336
Pirigica	1.348	69.575	17.191	-	285	88.399
Pitangola	215	15.165	1.968	254	7.228	24.830
Pitu	2.332	3.683	116.481	48.433	-	170.929
Polvo	4.711	329.069	223.496	29.240	-	586.516
Polvo-cabecinha	-	556	5.464	8.937	-	14.957
Prejereba	20	114	646	336	351	1.467
Queimado	-	2.191	1.004	-	44	3.239
Raia	30.397	4.856	17.199	125	3.541	56.118
Raia-amarela	-	550	-	-	-	550
Raia-branca	-	51	13.985	261	-	14.297
Raia-emplastro	1.125	-	-	296	-	1.421
Raia-jamanta-mirim	-	21	-	-	-	21
Raia-manteiga	-	9.927	10.386	11.710	2.243	34.266
Raia-morcego	-	1.487	2.706	760	-	4.953
Raia-patelo	-	22.504	171.922	44.943	-	239.369

Raia-pintada	1.036	18.621	89.520	53.437	-	162.614
Raia-Viola	918	2.575	9.785	4.403	390	18.071
Robalo	189	20	920	38	575	1.742
Robalo-flexa	-	-	7	-	-	7
Robalo-peba	-	-	-	-	1.257	1.257
Rombudo	-	10	-	-	-	10
Roncador	140	53.613	2.605	1.880	16.420	74.658
Salema	-	552	-	-	-	552
Sapo	11.739	138.410	370.007	212.093	8.858	741.107
Sardinha-boca-torta	337.800	31	28.000	81.142	11	446.984
Sardinha-cascuda	15.211	10.258	22.262	9.110	-	56.841
Sardinha-laje	752.524	1.632.276	72.969	20.260	3.776	2.481.805
Sardinha-verdadeira	23.067.136	6.886.257	11.749.555	2.924.715	-	44.627.663
Sargo-de-beiço	-	32	-	-	31	63
Sargo-de-dente	-	-	24	-	-	24
Sarrão	-	-	5.439	-	-	5.439
Savelha	-	-	135.571	2.086.179	32	2.221.782
Serra	9.425	13.998	4.056	5.866	34.555	67.900
Siri	3.210	-	54	369	-	3.633
Solteira	-	7	-	-	-	7
Sororoca	7.192	9.378	50	-	2.951	19.571
Tainha	107.470	9.402	125.239	1.971	332	244.414
Tamburutaca	36	-	-	-	-	36
Tira vira	784	43.078	165.386	52.774	233	262.255
Trilha	8.645	29.410	248.082	111.674	6	397.817
Trombeta	-	1.449	2.106	1.571	105	5.231
Ubarana	11.668	34.635	5.158	140	13.653	65.254
Vermelho	77	166	10	3	189	445
Voador	738	12	179	79	788	1.796
Wahoo	-	1.905	3.088	11.655	-	16.648
Xaréu	26.594	87.029	11.673	-	908	126.204
Xaréu branco	432	187	-	-	-	619
Xerelete	-	867.689	382.016	115.358	165.811	1.530.874
Xixarro	108.212	22.679	91.159	43.956	-	266.006
Total geral	26.823.351	16.354.073	25.576.172	8.716.745	1.514.911	78.985.252

1.3 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira

Projeto Piloto Rio Rural – Comunidade Pesqueira Artesanal

Na última década, avanços foram realizados no sentido da inclusão social dos grupos que vivem em condições de reduzidos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), principalmente na agricultura familiar (enquadram-se como agricultores familiares, pescadores artesanais que se dedicam à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais). Ações do governo Federal têm sido primordiais para viabilizar a melhoria da qualidade de vida desses grupos sociais, através da “universalização” das suas políticas públicas, que são entendidas como prioritárias por vários Ministérios, dentre eles o de Desenvolvimento Agrário, o de Combate a Fome, principalmente com o Programa Territórios da Cidadania. Além da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009, fato que reestabelece as políticas públicas para o segmento dos pescadores artesanais.

No âmbito do governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seapec/SDS), o Programa Microbacias da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - Rio Rural/BIRD, que tem o desafio de promover melhoria na qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação dos recursos naturais, envolvendo diretamente as comunidades residentes nesse espaço geográfico, com planejamento e intervenção.

Acompanhando as políticas públicas, a Fiperj, com objetivo de realizar um trabalho promotor de desenvolvimento social, econômico e ambiental está participando como “Entidade Executora” no âmbito do Programa Rio Rural/BIRD, com um projeto piloto intitulado Rio Rural – Comunidade Pesqueira Artesanal, no qual inseriu-se duas comunidades pesqueiras do Noroeste Fluminense: Ponte Preta e Nossa Senhora da Penha, associados à Colônia de Pescadores Z-20, localizada no município de Itaperuna.

O trabalho iniciou-se em 2010 seguindo a metodologia do programa, que inclui três fases: Sensibilização, Planejamento e Execução. Para cada fase foram realizadas reuniões com a participação dos pescadores, dentre elas: adesão da comunidade com assinatura do Termo de Adesão ao Programa, aplicação e consolidação do diagnóstico rural participativo (DRP) e formação de um Conselho Gestor.



Apresentação do Projeto nas duas comunidades pesqueiras filiadas à colônia de Pescadores Z-20, Itaperuna: Ponte Preta e Nossa Senhora da Penha – Noroeste Fluminense: Apresentação, Assinatura da Carta de Adesão e aplicação do Diagnóstico Rural Participativo

Em 2011, homologou-se o Conselho Gestor e o Regimento Interno. Também foram realizadas reuniões de levantamento da realidade da comunidade (Censo), apresentação e escolha dos incentivos (projetos para obtenção de recursos financeiros) pelos pescadores de ambas as comunidades. Vale destacar que os pescadores construíram democraticamente três projetos: confecção de barcos de pesca, confecção de redes e tarrafas e beneficiamento de pescado. Eles adotaram a terminologia Kit (Kit pesca e Kit beneficiamento). O trabalho foi finalizado com a seleção e priorização dos beneficiários através de sorteio, seguido de elaboração dos subprojetos: Plano de Desenvolvimento Individual.

Para 2012 prevê-se a entrega dos kits para os pescadores artesanais dessa região, realização de cursos de capacitação em Educação Ambiental e Carpintaria Naval e plantio de mudas nativas e, início do trabalho com pescadores artesanais de São Fidélis e Santo Antônio de Pádua. A Fiperj conta com o apoio de técnicos da Emater na região.

A título de conhecimento, a Colônia de Pescadores Z-20, sediada no município de Itaperuna, tem como presidente a Sra. Virgimar Magalhães de Oliveira Cler, a qual foi pessoa importante para reativar, em 2005, a Colônia.

Atualmente, são aproximadamente 320 associados, entre homens e mulheres, dos seis municípios de sua abrangência: Varre-Sai, Porciúncula, Natividade, Laje do Muriaé, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana. De acordo com informações levantadas pela Fiperj junto à Colônia Z-20, os pescadores vivem da captura de peixes como traíra, acará, cascudo, curimatã, robalo e tainha, além de espécies exóticas, como, por exemplo, tilápia, carpa asiática e bagre africano. A maioria dos pescadores pesca com rede de espera de 100 metros de comprimento com malha superior a nove centímetros (90 milímetros), tarrafas e anzóis. Os barcos são de madeira, a remo e com comprimento entre quatro e oito metros, com capacidade para duas pessoas por barco. A pesca é feita por dois integrantes da mesma família, geralmente marido e esposa ou pai e filho (a).



Projeto Rio Rural nas duas comunidades pesqueiras filiadas à Colônia de Pescadores Z-20, Itaperuna: Ponte Preta e Nossa Senhora da Penha – Noroeste Fluminense

Emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP

Dentre as ações desenvolvidas pela Fiperj, destaca-se a de emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o documento que identifica os pescadores artesanais e aquicultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Além do acesso ao crédito, a DAP é obrigatória em outros programas e ações federais voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio do qual o agricultor vende sua produção para o governo, e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diante da emissão, com responsabilidade e controle social de DAP, e como forma de conhecer adequadamente a realidade desse público, a Fiperj, de maneira responsável, ética, transparente, contribuindo com o governo federal no processo da gestão pública, estabeleceu, em conjunto com representantes do setor produtivo, critérios para emissão desse documento, que são apresentados a seguir:

- Carteira de Pescador Profissional do Ministério da Pesca e Aquicultura – documento que identifica o pescador ou pescadora para o exercício da profissão de forma artesanal.
- CPF – documento de identificação de Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
- RG – documento emitido pela Secretaria de Segurança Pública ou órgão congênere.
- NIT - Número de Identificação do Trabalhador como Segurado Especial (Decreto Lei 3048, de 06/05/1999 – Art. 9. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: VII - como segurado especial, pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezesseis anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas "a" e "b" deste inciso, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em

condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes). Documento de cadastro no Regime Geral de Previdência Social, para ter direito aos benefícios oferecidos pela instituição por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

- Comprovante de Residência
- Declaração da Renda Bruta Anual.
- Esposa ou Companheira: CPF e RG.



Técnica emite DAP a um pescador

As DAP's emitidas em cada município estão disponibilizadas para o controle público através do site: www.pronaf.gov.br. A Portaria do MDA nº. 85 define que anualmente, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável deve atuar como agente de controle social, mediante checagem da lista das DAP's emitidas em seu município, encaminhando proposição de bloqueio ou cancelamento à Delegacia do MDA do Estado, no caso do Estado do Rio de Janeiro, a DFDA/RJ, em caso de constatar irregularidades. As entidades de representação dos pescadores ou qualquer cidadão pode pedir o cancelamento de uma DAP de uma pessoa que não se encaixa nos critérios de enquadramento devendo formalizar tal demanda. Esse controle social é uma forma de contribuir para que os recursos públicos sejam utilizados em benefício da sociedade, a partir de uma conduta ética e transparente dos administradores públicos e parceiros envolvidos. A Fiperj em 2011 emitiu DAP para 335 pescadores artesanais nos seguintes municípios:

- Arraial do Cabo (12)
- Cabo Frio (86)
- Campos dos Goytacazes (29)
- Itaperuna (1)
- Maricá (16)
- Rio de Janeiro (16)
- São Francisco de Itabapoana (165)
- Santo Antônio de Pádua (1)
- São Fidélis (6)
- São Pedro da Aldeia (3)

**Projeto Assistência Técnica e a Extensão
Pesqueira e Aquícola no Norte Fluminense –
Convênio MPA-Fiperj 076/2010**

Visando atender melhor seu público, a Fundação também prioriza a Assistência Técnica e a Extensão voltada para o segmento da pesca e aquicultura, que é extremamente significativa em termos numéricos, sendo um dos públicos menos assistidos por programas

governamentais. Por conta disso, a Fundação elaborou uma proposta junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e foi contemplada com o Projeto Fortalecimento de Comunidades de Pescadores Artesanais e Aquicultores no Território da Pesca e Aquicultura do Norte Fluminense – Convênio 076/2010 – MPA/Fiperj.

Cabe mencionar que o referido projeto foi o único contemplado para o setor pesqueiro e aquícola no Estado, na ocasião da chamada pública para seleção junto a este Ministério. Essa parceria é importante para reforçar o trabalho da Fundação junto aos pescadores artesanais e aquicultores que trabalham no regime familiar, particularmente em seis municípios do Norte Fluminense: Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis e São João da Barra. O projeto foi apresentado inicialmente no município de São Francisco de Itabapoana e, em agosto, contou com a presença de representantes dos órgãos municipais, como Exmo. Prefeito e o Subsecretário de Pesca e Aquicultura e da Colônia de Pescadores Z-01. Ministrou-se nesse evento uma palestra sobre DAP e o acesso às políticas públicas. Essa reunião desdobrou-se em entrevista com pescadores e recolhimento de seus respectivos documentos para emissão das DAPs.



Apresentação do Projeto Atepa no município de São Francisco de Itabapoana – Norte Fluminense – Palestra e Entrevista com pescadores artesanais

Outra ação realizada deu-se no município de Quissamã, com a apresentação do projeto para entidades do setor, sociedade civil organizada, pescadores, trabalhadores da pesca e representantes de órgãos municipais, estaduais e federais, especialmente do então Ministro da Pesca e Aquicultura, Luiz Sérgio, do então Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura no Rio de Janeiro, Luciano Vidal, e do Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, Felipe Peixoto.

Em virtude de demandas apontadas pelo setor durante essa ocasião, realizaram-se reuniões nesse município com as trabalhadoras da pesca vinculadas à Associação de Amigos e Mulheres da Pesca Artesanal de Barra do Furado (AAMPABF). Dentre as demandas sinalizadas, destacaram a obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP) e todos os seus benefícios como segurado especial, particularmente o seguro desemprego (defeso). As associadas alegam que também pescam junto com seus cônjuges, que possuem o benefício, e no período de defeso perdem sua fonte econômica e não são remuneradas por isso. Sobre a comercialização dos produtos beneficiados de pescados (quibes, almondegas,

fishbúrguer, entre outros) produzidos na unidade de beneficiamento, as trabalhadoras destacaram a obtenção da cessão de uso do imóvel onde funciona a unidade de beneficiamento, para a obtenção do Serviço de Inspeção Estadual e do Licenciamento Ambiental, a fim de viabilizar a agroindústria a comercializar legalmente seus produtos. Nessa ocasião, o representante da Prefeitura Municipal mencionou sobre a tramitação na Câmara de Vereadores da lei de criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o qual poderá atender a unidade de beneficiamento, desde que sejam atendidas todas as especificações do serviço, como adequação das instalações existentes na agroindústria, por exemplo: aquisição de insumos e equipamentos, análises de água e produtos e formação da tabela nutricional dos produtos. Em virtude da existência de higiene na manipulação e fabricação dos embutidos do pescado na unidade de beneficiamento, as trabalhadoras estão atendendo ao Programa Nacional da Alimentação Escolar. Prevê-se um aumento na comercialização através da legalização do empreendimento, o que possibilitará a permanência dessas trabalhadoras em suas atividades, melhoria da renda familiar e qualidade de vida.



Apresentação do Projeto Atepa no município de Quissamã – Norte Fluminense

Cabe mencionar que o projeto Atepa proporciona, além da divulgação das políticas públicas para o setor, capacitação na área de beneficiamento do pescado, gestão de empreendimentos e cooperativismo.

Outras ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - Atepa

A Fiperj, em parceria com a Associação Livre Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu (Alapi) e com a Colônia de Pescadores Z-7, elaborou uma proposta de projeto para atender o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, no valor de R\$ 58.092,00, com a participação de 16 pescadores artesanais, além do credenciamento de quatro creches comunitárias para recebimento do pescado, tendo em vista que o programa prevê a compra direta de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O projeto constou de três etapas:

- Emissão de DAP para os pescadores artesanais;
- Cadastramento das creches comunitárias;
- Elaboração do projeto e submissão à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab/RJ.

Realização de palestras nos municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes sobre o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras Nacionais – Lei Federal nº 9.445, de 14/03/97 / Resolução Estadual nº 3.803, de 05/04/00, o qual objetiva promover a equalização do preço do óleo diesel marítimo nacional ao preço internacional praticado na venda às embarcações estrangeiras, possibilitando, assim, o aumento da competitividade do pescado nacional no mercado exterior e, conseqüente, um aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira. O MPA é o órgão responsável pela coordenação do Programa, pelos ressarcimentos da subvenção econômica ao preço do óleo diesel e pelo estabelecimento das cotas anuais, em litros, de cada embarcação credenciada. O acesso é realizado através do credenciamento junto ao MPA e à Secretaria Estadual de Fazenda, tanto das entidades representativas do setor quanto dos pescadores e postos de combustíveis devidamente regularizados junto à ANP. A subvenção consiste em:

- Isenção integral do ICMS proporcionada pelos Estados da Federação no momento da aquisição do óleo diesel, nos fornecedores de combustíveis;
- Ressarcimento de até 25% proporcionado pelo Governo Federal da diferença no preço pago pelo óleo diesel para equiparar aos níveis internacionais após análise de requerimento e adimplência do beneficiário.

Elaboração do Projeto junto ao MDA

A participação da Fiperj nos Colegiados do Território da Cidadania Norte e Noroeste, proporcionou a elaboração do projeto "Fortalecimento das Atividades de Pesca Artesanal e Produção Agrícola Familiar do Território da Cidadania Norte do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na comercialização da produção (pescado e hortifrutícolas)", no âmbito do Programa Infraestrutura e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA - Pronif) objetivando ampliar o trabalho e elevar a abrangência da Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola Fluminense – Atepa, através da aquisição de veículos (automóveis) e caminhões (refrigerado e isotérmico) para atender pescadores artesanais, aqüicultores familiares, assentados e acampados rurais, quilombolas e caçaras dos Territórios da Cidadania Norte e Noroeste Fluminense, além dos do Território Rural Baía da Ilha Grande e Pré-território Região Serrana. O projeto foi inserido no Siconv 032673/2011, foi selecionado e aprovado, e encontra-se, em processo de assinatura do Convênio entre o MDA/Fiperj/Caixa Econômica Federal.

Entrepasto Pesqueiro no Município de Paraty

Início: 2011

Término: sem previsão

Parceiros: Prefeitura Municipal de Paraty

Recurso: Municipal

Resumo:

A Prefeitura Municipal de Paraty solicitou a Fiperj auxílio técnico para desenvolvimento de um projeto de entreposto

de pescado, a ser construído no cais pesqueiro, que atenda as necessidades do município. Primeiramente foi realizada uma visita técnica ao local onde seria construído e desde então vem se desenvolvendo o projeto da unidade junto a um engenheiro da prefeitura. O layout está finalizado e foi apresentado e encaminhado para o Secretário Municipal de Pesca e Agricultura, Adilson Coxado, e o Vice-prefeito, Valdecir Ramiro, restando apenas o município articular com o setor pesqueiro uma apresentação do projeto para aprovação do setor pesqueiro antes que fazê-la ao Prefeito.



Cais Pesqueiro de Paraty

1.3.1 - Capacitação de Pescadores

Em 2011, a Fiperj prestou assistência técnica, cursos de capacitações, palestras, participações em reuniões técnicas, orientações e participação em eventos ligados a área de conversação e beneficiamento de pescado.

Número de Pescadores e Aquicultores atendidos pela assistência técnica: 1000

Ações de assistência técnica foram realizadas no entreposto Peixesul, onde ocorre o processamento de tilápia em Pirai, Rio de Janeiro. Os dados de produção de tilápia processada em Pirai foram avaliados, levando a uma média de rendimento de filé de 32%, melhorando consideravelmente após os produtores seguirem orientações técnicas no cultivo. O rendimento de filé é um dos aspectos importantes para o produtor.



O secretário Felipe Peixoto e o presidente da Fiperj, Marco Botelho, em visita ao processamento da tilápia no Entreposto de Pirai (Peixesul)

Capacitações: 06

Total de capacitados: 86

• Curso de fabricação artesanal de derivados de

pescado e defumação

Parceria: Prefeitura Municipal de Iguaba Grande

Local: Iguaba Grande

Data: 04 a 08 de julho

Alunos: 12



Curso de fabricação artesanal de derivados de pescado e defumação em Iguaba Grande

• Curso em Processamento Artesanal de Pescado

Parceria: Programa Plataforma Educativa Repsol Sinopec, Prefeitura Municipal de Cabo Frio

Local: Cabo Frio

Data: 04 a 06 de julho

Alunos: 12

• Curso em Processamento Artesanal de Pescado

Parceria: Programa Plataforma Educativa Repsol Sinopec e Secretaria de Pesca de Búzios

Local: Búzios

Data: 15 a 17 agosto

Alunos: 08



Encerramento e entrega de certificados do curso de processamento de pescado em Búzios

• Curso em Processamento Artesanal de Pescado

Parceria: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de São Fidélis, Sindicato Patronal Rural de São Fidélis

(Senar), Indústria de Pesca de Colônia (IPC)

Local: São Fidélis

Data: 12 a 16 e 19 a 23 de setembro

Alunos: 33



O secretário Felipe Peixoto entrega certificados do curso de processamento de pescado em São Fidélis

• **Curso em Processamento Artesanal de Pescado**

Parceria: Prefeitura Municipal de Maricá

Local: Maricá

Data: 18 a 20 outubro

Alunos: 12.



Turma de alunos capacitados em curso de processamento de pescado em Maricá

• **Curso em Processamento Artesanal de Pescado**

Parceria: Secretaria de Pesca da Prefeitura Municipal de Macaé.

Local: Macaé

Data: 06 a 18 novembro

Alunos: 09

ESCOLA DE PESCA

No que diz respeito à Educação Ambiental, a Instituição conta com a Escola de Pesca Ascânio de Faria do Estado do Rio de Janeiro. Ela foi criada em 7 de abril de 1998, pelo Decreto Estadual nº 24.204. Funciona em parceria com a Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica), órgão da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. Fica situada à Rua Manoel Duarte, nº 993, Gradim, São Gonçalo, RJ.

As atuais instalações reformadas e equipadas do prédio da Faetec, são para atender um mercado de trabalho, oferecendo sete cursos gratuitos voltados para as atividades pesqueiras e três para alimentos.

A Escola de Pesca será estruturada com um Laboratório de Amostragem Biológica do Projeto Estatística Pesqueira – Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro para desenvolvimento de pesquisas científicas e escolares. Também contará com uma biblioteca de artigos sobre pesca e aquicultura, além de livros extracurriculares voltados para o ambiente aquático.

A escola vem desenvolvendo projetos relacionados ao público infantil, jovens e adultos em comunidades pesqueiras e aquícolas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Durante o ano de 2011 a diretoria da Fiperj empenhou-se no sentido de que na Escola de Pesca Ascânio de Faria os cursos fossem direcionados ao pescador profissional, objetivando a capacitação plena para o atendimento ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, a melhoria da atividade com os seguintes cursos:

• **Formação de Aquaviários (Pescador Profissional Especializado-PEP) em parceria com a Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, entre os meses de agosto e outubro:**

Atendimento: 20 alunos e 16 professores.



Encerramento do Curso de Formação Aquaviários (Pescador Profissional Especializado-PEP)

• **Curso de Formação Aquaviários (Pescador Profissional-POP) em parceria com a Capitania dos Portos da Marinha do Brasil - entre os meses de novembro e dezembro.**

Atendimento: 36 pessoas e 1 professor.



Entrega da Carteira fluvial (POP)

• **Curso de Beneficiamento do Pescado:**

Atendimento: 12 alunos



Sala de Beneficiamento do Pescado - Escola de Pesca/ Faetec

Além dos cursos, houve atuação na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na Alapi (Associação Livre Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu) com 16 pescadores com suas DAP's (Declaração de Aptidão ao Pronaf) já emitidas pela Fiperj. Atendimento: 30 pescadores.

Nas reuniões do grupo de trabalho para a implementação do projeto "Pescando por meio de redes sociais", em parceria com a Uerj e com a Escola de Pesca no resgate cultural dos pescadores, desenvolvendo políticas públicas, juntamente com o projeto geoprocessamento das áreas estudadas com o apoio da Sedrap, com continuidade no ano de 2012.

Sendo a área de atuação desses projetos os 92 municípios nos quais a nossa instituição realiza atividades de pesquisa e extensão, o projeto piloto se dará na região metropolitana, nos municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá, pela facilidade de logística para a implantação do projeto.

As principais parcerias envolvidas neste projeto são: escolas estaduais, municipais e particulares, prefeituras, universidades, empresas, colônias, associações, cooperativas, Ministério da Pesca e Aquicultura, Marinha do Brasil - Capitania dos Portos, Feperj, Saperj, Faerj e Faetec.

Projeto "Maré Alta na Educação"

Atividades lúdicas nas escolas, que visam desenvolver a consciência ambiental, principalmente na temática pesca e aquicultura nas escolas estaduais, municipais e particulares. Acompanhar os projetos específicos nas escolas (recuperação de manguezais, reciclagem de resíduos do pescado, beneficiamento do pescado, hortas comunitárias, bacia hidrográfica como unidade de estudo, trilhas ecológicas, plantio de árvores nativas, recuperação de nascentes), que são desenvolvidos pelos professores e com a inserção dessa temática nas grades curriculares, como forma de trabalhar a interdisciplinaridade. Capacitar o corpo docente, discente e merendeiras; promover Políticas Públicas na comunidade valorizando o pescado na merenda escolar.



Escola Primeiros Passos - Niterói

A execução do projeto iniciou-se no mês de outubro, devido a uma solicitação da Escola Primeiros Passos, localizada no município de Niterói. Foi realizada uma apresentação lúdica sobre o ambiente aquático, sua importância e os cuidados com a sua preservação. A partir desse momento, houve um incentivo a um planejamento pedagógico sobre o papel da Fiperj nas escolas das redes estadual, municipal e privada, no sentido de fomentar a importância do ser humano na cadeia produtiva do pescado. Este projeto teve como resultado o atendimento de 90 alunos e 20 professores no ano de 2011.



Atividades lúdicas com o público infantil

Projeto "Maré Alta na Cidadania"

Participação nas comunidades pesqueiras e aquícolas e nos eventos com foco na Educação Ambiental visando promover o acesso a informação e atendimento às demandas das comunidades, buscando melhoria das condições socioeconômicas, ministrando cursos de capacitação, palestras e oficinas. As capacitações são entendidas como uma forma de atualização das comunidades pesqueiras e aquícolas tanto quanto no apoio às suas atividades. Além de formar agentes multiplicadores com visão de sustentabilidade; resgatar a cultura da pesca artesanal; apoiar aquicultores e pescadores; articular as comunidades pesqueiras e aquícolas envolvidas no projeto com os órgãos públicos, privados e terceiro setor; e promover Políticas Públicas.

1.3.2 - Cidadania e Projetos Sociais

Cadastramento de Pescadores Artesanais para Emissão do Seguro Defeso

O seguro desemprego (seguro defeso) para o pescador artesanal é para aquele que exerce sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, durante o período de proibição da pesca para a preservação da espécies marinhas, fluviais ou lacustres, e cuja captura o pescador se dedique. Para a Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, o período de paralização obrigatória para proteger as espécies na fase de desova, reconhecida como período da pircema, segundo a instrução normativa do Ibama 2011/2012, é de 01 de novembro a 29 de fevereiro

A Fiperj em ação conjunta com o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Gerência Regional do Trabalho e Emprego do município de Campos dos Goytacazes, com a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda e com as Colônias e Associações de Pescadores realizaram o cadastramento e emissão do seguro defeso nos seguintes municípios:

- Itaperuna: MTE/RJ/Colônia Z-20: 210 pescadores artesanais.
- São Fidélis: Setrab/RJ/Colônia de Pescadores Z-21: 361 pescadores artesanais.
- Campos dos Goytacazes: Setrab/RJ/Colônia Z-19: 370 pescadores artesanais.



Cadastramento dos pescadores artesanais para pagamento do Seguro-Desemprego (seguro defeso)

• Cadastramento de Pescadores Artesanais para Obtenção da Carteira de Pescador junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura

A Fiperj e a Colônia de Pescadores Z-20, de Itaperuna, realizaram uma ação conjunta, nas comunidades de Nossa Senhora da Penha e Ponte Preta, para o preenchimento dos formulários para serem apresentados à Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Rio de Janeiro para a revalidação das carteiras de pescador profissional na pesca artesanal. Foram atendidos nessa ação cerca de 60 pescadores, mas a previsão da colônia é atender a totalidade de seus associados nessas localidades, aproximadamente 200.



Preenchimento de formulários para revalidação da carteira de pescador profissional do MPA

1.3.3 - Conservação e Beneficiamento de Pescado

A carne de pescado é nutricionalmente muito rica. Possui alto teor de proteína com todos os aminoácidos essenciais, baixo teor de gordura saturada e é rico em ômega 3, que previne uma série de doenças crônicas como as cardiovasculares. Nos últimos anos, houve um aumento do consumo de pescado no Brasil, mas ainda é insuficiente, se comparado a outros países de grande tradição em pesca e aquicultura. O consumo anual por habitante no Brasil é de 9,03 quilos. A Organização Mundial de Saúde estima que o consumo de 40-60g de pescado por dia levaria a uma redução de aproximadamente 50% de morte por doenças cardiovasculares.

O Brasil apresenta um dos mais baixos índices de consumo de pescado, mas isto está se modificando. O Rio de Janeiro tem tradição em pesca e é um dos estados de maior produção do Brasil. Duas questões são de suma importância ao consumidor e relevância na produção: a tecnologia e a qualidade do pescado.

Os maiores consumidores de pescado são comunidades ribeirinhas e classes sociais de maior renda. sendo, neste caso, associado a um hábito de vida mais saudável. Porém, muitas das vezes o pescado está associado a uma carne cara e de difícil acesso.

O pescado é um dos alimentos mais perecíveis, necessitando de cuidados adequados de manipulação e conservação desde que é capturado até a mesa do consumidor. Característica essa, associada à carência de estruturas adequadas de armazenamento do pescado no Estado,

ocasiona muito desperdício em toda a cadeia produtiva.



Um aumento na oferta de produto de qualidade e de novos produtos derivados de pescado com praticidade de preparo e diversificação na linha de produtos ajudará a incrementar o consumo deste produto. Para isso se faz necessária a tecnologia de pescado mantendo a seguridade do produto.

Para garantir um pescado de qualidade, algumas medidas são necessárias, como:

- Conservar adequadamente o pescado em frio em toda a cadeia produtiva;
- Respeitar as legislações em vigor;
- Prezar pela higiene;
- Utilizar equipamentos e instalações adequadas para a manipulação do pescado;
- Treinar os manipuladores de pescado;
- Manter um sistema de monitoramento de qualidade.

Foram realizadas duas palestras científicas para turma de graduação de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense (UFF,) para um total de 110 ouvintes.

Participação em reuniões técnicas: 71

Algumas reuniões geraram grupos de pesquisa com participação da Fiperj, como no caso do Comitê Técnico Setorial Nacional (CTSN) e Reuniões Itinerárias Nacionais Área de Alimentos e Bebidas - Pescado:

Há uma demanda das indústrias de pescado em realizar um curso especializado para o trabalho em processamento de pescado (operador e técnico) e solicitaram ao Senai que o fizessem, que para tal organizou um comitê técnico com representantes do setor.

A Fiperj participou, ainda, do Comitê Técnico Setorial Nacional, operador e técnico, e Operador na Indústria de Pescado na cidade do Rio de Janeiro organizado pelo Senai/Firjan. O objetivo desse comitê foi discutir a formação desses profissionais focando as principais competências que devem ser desenvolvidas nos egressos para atender em plenitude as demandas do mercado. Para tal, contou com a participação de representantes do Senai, de secretarias de estado e de instituições do setor, de indústrias de pescado e de professores universitários. O grupo foi formado por 20 membros em âmbito nacional. Técnica representante

da Fiperj participou dos três dias de evento contribuindo para o desenvolvimento das atividades, como discussões, mesas redondas, painéis etc. O grupo de trabalho foi bem produtivo, fomentando o Senai quanto, por exemplo, às funções, atividades, parâmetros e conhecimento de um operador e de um técnico de processamento de pescado.

Após participação no CTSN, a Fiperj foi novamente convidada pelos organizadores a participar das Reuniões Itinerárias Nacionais Área de Alimentos e Bebidas - Pescado para desenvolvimento do desenho curricular dos cursos técnico e operador de processamento em pescado. As reuniões ocorreram com a participação de cerca de 10 convidados entre representantes do Senai, Fiperj e técnicos do setor. A Fiperj contribuiu tecnicamente para definição do conteúdo programático a ser abordado nos cursos.

1.3.4. Crédito Pesqueiro

Tendo em vista a importância do crédito Pronaf para o setor artesanal, através da emissão de DAP para pescadores artesanais filiados à Colônia de Pescadores Z-22, Rio das Ostras, a Fiperj, em parceria com a Emater, elaborou dois projetos de investimento, ambos para aquisição de embarcação de pesca e petrechos de pesca. Esses projetos foram submetidos à apreciação do Banco do Brasil e encontra-se em fase de análise.

1.3.5 – Meio Ambiente e Educação Ambiental

A Fiperj tem participado ativamente das discussões sobre a criação de novas unidades de conservação e, também dos conselhos gestores das unidades que já foram estabelecidas.

A Fiperj tem atuado em parceria com os órgãos ambientais, tanto federais quanto estaduais. A parceria com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio começou com a intensificação do trabalho de extensão na Costa Verde, quando a instituição passou a ter assento no Conselho Gestor da Estação Ecológica - ESEC Tamoios, que abrange os territórios dos municípios de Angra dos Reis e Paraty. A ESEC Tamoios foi criada a partir da implantação das usinas nucleares Angra I e II, como área de amortecimento.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, uma estação ecológica é uma Unidade de Proteção Integral, que tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais. Por uso indireto entende-se aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Na ESEC é permitida realização de pesquisas científicas, mas a visitação pública é proibida, exceto com objetivo educacional, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável. Todo o perímetro é de posse e de domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas nos seus limites devem ser desapropriadas quando da sua criação.

Os conflitos na área da ESEC Tamoios ocorrem com a comunidade que já se encontrava instalada ali há muito tempo, e que fazia uso dos recursos pesqueiros, bem como do potencial de mergulho e turismo náutico. A unidade criou diversas áreas de exclusão de pesca, uma vez que a área não é apenas terrestre, mas também marinha. Os antigos usuários alegam que não houve audiência pública para consultar a comunidade quanto à abrangência da estação.

Segundo o SNUC, a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, porém, na criação de Estação Ecológica não é obrigatória a consulta.

Na tentativa de mediar em parte estes conflitos, a Fiperj assumiu a Coordenadoria da Câmara Temática (CT) de Aquicultura e Pesca, no intuito de coordenar ações de interesse de pescadores e aquicultores da região, e minimizar os impasses através de medidas alternativas.

A parceria com o órgão ambiental estadual, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), para atuação conjunta na Costa Verde está ocorrendo em duas frentes. Uma delas é a participação da Fiperj no Conselho Gestor do Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG, onde a comunidade de pescadores da ilha discute a importância da preservação ambiental com os outros usuários. A Fiperj ministrou palestra em uma das reuniões do conselho, sobre o projeto “Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aquicultura e Pesca na Baía da Ilha Grande – Gpesca BIG”, executado em parceria com UFRJ e MPA ao longo de 2011.



Praia do Bananal em Ilha Grande

Além desta ação, a Fiperj foi convidada a participar do Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande, um projeto do Inea em parceria com a Food and Agriculture Organization – FAO, que busca otimizar as iniciativas existentes no território da BIG através da construção de mecanismos de integração entre elas. O plano tem como objetivo alcançar a conservação e a autossustentabilidade do ecossistema marinho da BIG e dos seus ecossistemas terrestres associados, de importância nacional e internacional, localizados na região do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, em áreas dos municípios de Angra dos Reis e Paraty.

Para a elaboração do plano de gestão, serão realizados: uma caracterização do setor pesqueiro e aquícola, incluindo a descrição das técnicas e equipamentos utilizados na região; a identificação das espécies de peixes e/ou complexos que serão abrangidos pelo desenvolvimento do projeto; a identificação de áreas de berçários; mensuração dos impactos da pesca de espécies ornamentais, a fim de propor mecanismos regulatórios específicos a esta prática; avaliação e proposição de políticas de gestão do setor pesqueiro.

A fim de ordenar os usos e espaços dentro da Baía da Ilha Grande, o Inea começou um processo de criação de uma Área de Proteção Ambiental Marinha, a APA

da BIG. A iniciativa tomou força devido à crescente demanda do setor de apoio offshore à exploração do pré-sal por espaços de fundeio que causam áreas de exclusão de pesca de 500m de raio ao redor de cada navio ou plataforma fundeada. Além disso, um acidente ambiental de pequenas proporções em dezembro, quando vazou óleo combustível de um navio plataforma, mostrou os riscos dessas atividades para o ecossistema.

Com os resultados de 2010 do projeto de Estatística Pesqueira, executado pela Fiperj, o Inea mapeou as áreas produtivas de pescado na Baía da Ilha Grande, a fim de embasar os limites da APA Marinha da BIG, que será discutido em audiências públicas ao longo de 2012. A intenção é priorizar a pesca e os recursos pesqueiros, sem impedir, no entanto, que os outros usos possam ocorrer, porém, devidamente ordenados.

Na Região Metropolitana, a Fiperj participou do processo de criação do Monumento Natural - MONA Ilhas Cagarras através do grupo de trabalho interinstitucional, até que o Decreto Presidencial criou a unidade de conservação. Em 2011, o conselho gestor tomou posse, e ocorreu a primeira oficina de capacitação, que objetivou fortalecer as relações de confiança e respeito entre os conselheiros; nivelar entendimentos básicos sobre SNUC, participação social e gestão participativa em unidades de conservação, objetivos, limites e possibilidades de atuação do Conselho Consultivo e o papel dos conselheiros, além da metodologia de elaboração de Planos de Manejo utilizada pelo ICMBio. A oficina contou, também, com momentos de construção e análise coletivas, sendo construída uma matriz SWAT - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da Gestão Participativa do MONA Cagarras. Tal matriz orientará a elaboração do Plano de Ação do Conselho Gestor para o ano de 2012.

Também começaram as discussões sobre as atividades impactantes na UC. A problemática do licenciamento das áreas de descarte das dragagens da Baía de Guanabara, conhecidas como bota-foras, foi alvo de mobilização de pescadores, que denunciaram o Estado ao Ministério Público por crime ambiental. A Fiperj realizou mapeamento das áreas produtivas de pescado nas águas em frente aos municípios de Maricá, Niterói e Rio de Janeiro, com os resultados de 2010 do Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira.

A mesma ferramenta de mapeamento das áreas produtivas será, ainda, utilizado nas discussões do licenciamento corretivo do Emissário Submarino de Ipanema, que impacta diretamente o MONA Ilhas Cagarras, e no licenciamento do projeto de Emissário Submarino do Comperj em Maricá.

Já na Região Norte Fluminense, o acidente ambiental que ocorreu em novembro, quando vazaram de uma plataforma de petróleo aproximadamente 2500 barris, a uma profundidade de 1200m e 100km da costa, os pescadores perceberam a importância do levantamento da produção pesqueira que a Fiperj realiza em São João da Barra para mensurar possíveis impactos ambientais sobre a atividade pesqueira, na solicitação de compensações pelo dano. O mapeamento dos dados de 2011 vai mostrar as áreas de atuação das embarcações de pesca monitoradas que atuam na Bacia de Campos, além do padrão de pescarias que atuam na região onde ocorreu o

vazamento. A Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – Feperj, entrou com denúncia no Ministério Público por crime ambiental, e a Fiperj vai colaborar nas investigações com os dados da Estatística Pesqueira.

Em 2011, iniciou-se uma série de discussões acerca das compensações ambientais que são direcionadas às comunidades pesqueiras representadas por entidades (colônias e associações de pescadores e aquicultores), a nível estadual, ou seja, demandadas pelo licenciamento ambiental do Inea, no Estado do Rio de Janeiro. Já houve experiências em que a Fiperj, como órgão oficial do Estado prestador de assistência técnica em pesca e aquicultura, participou ativamente da formulação dos projetos de compensação ambiental, embasados em viabilidade técnica e ambiental. Porém, isso não é uma exigência do processo de licenciamento, e as empresas atuam de maneiras diferentes, se comunicando diretamente com as comunidades, e atendendo às solicitações sem aprofundamento da análise dos projetos.

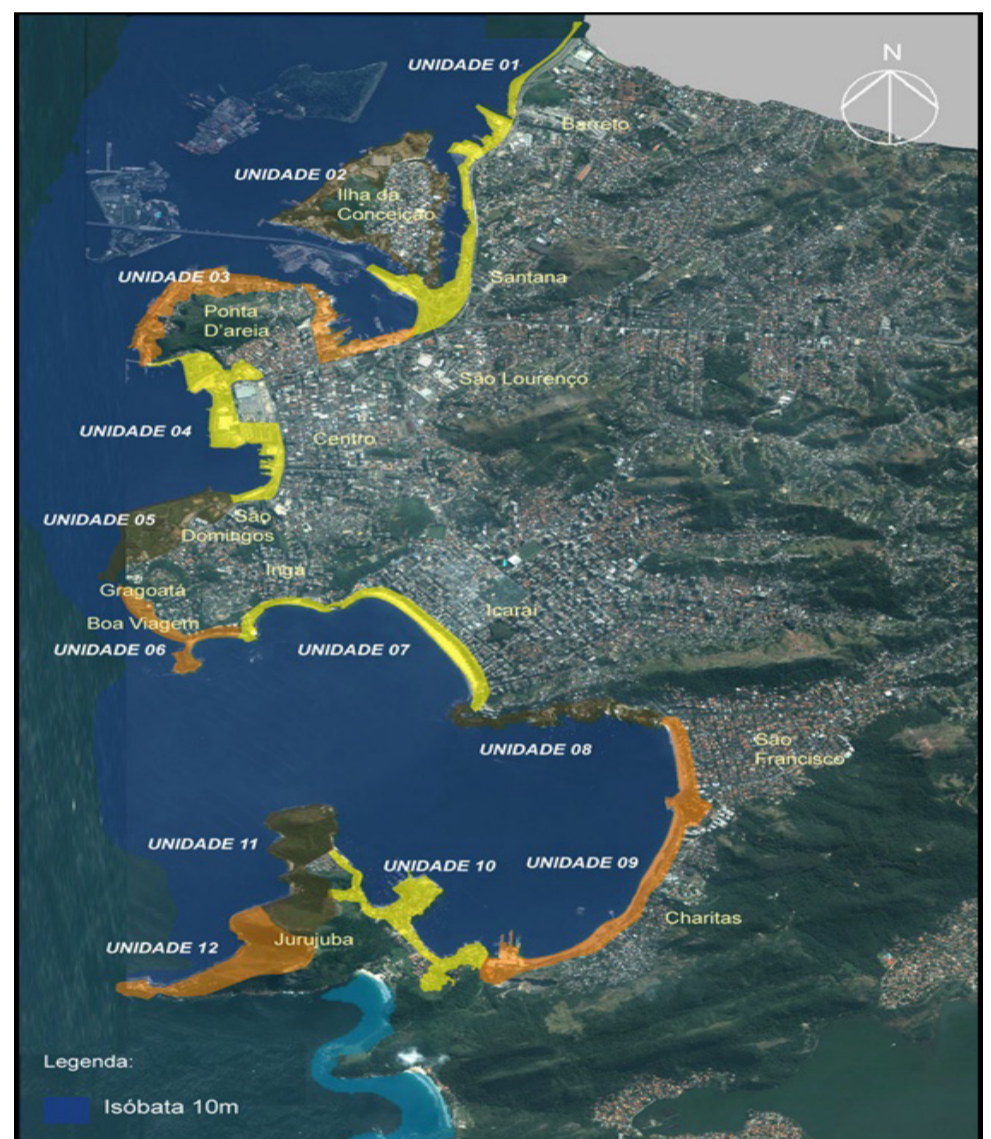
A consequência dessa prática é que numa mesma região diversos empreendimentos se instalam paralelamente e muitas vezes o mesmo projeto é contemplado por várias comunidades, ou o mesmo projeto de uma comunidade é contemplado por várias empresas. Isso vem ocorrendo na Baía de Sepetiba, e o Inea criou um grupo de trabalho com diversas instituições e a Fiperj no intuito de organizar e estabelecer regras para a compensação ambiental da região.

A fim de embasar os projetos das comunidades, está sendo planejado uma série de levantamentos e pesquisas para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura na Baía de Sepetiba. Com o conhecimento da produção de pescado (estatística pesqueira), do número de pescadores e embarcações, e de aquicultores e fazendas marinhas, bem como da infraestrutura da cadeia produtiva local, poderá se planejar projetos com viabilidade técnica que atendam às reais necessidades das comunidades. É fundamental, também, o conhecimento da qualidade ambiental do ecossistema, para que apenas as atividades seguras à saúde da população sejam fomentadas. A Fiperj, preocupada com essas questões ambientais, no que diz respeito aos recursos pesqueiros e aquícolas, passou a fazer parte do Conema - Conselho Estadual de Meio Ambiente, que é um órgão colegiado, deliberativo e consultivo, instituído no âmbito da Secretaria de Estado do Ambiente, desde junho, e na Ceca - Comissão Estadual de Controle Ambiental, órgão colegiado diretamente vinculado ao Secretário, a quem compete, entre outras atribuições, baixar as normas ambientais e outros atos complementares necessários ao funcionamento do licenciamento ambiental; aplicar as penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental, mediante apreciação dos Autos de Constatação lavrados pelos órgãos fiscalizadores; e dar solução final aos processos de licenciamento ambiental, também desde junho/2011.

A Fiperj participou como titular/ suplente no processo Eleitoral para composição do Plenário do Subcomitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara – Trecho Leste / SCRH-Trecho Leste da BG - mandato 22 de setembro de 2011 a 30 de dezembro de 2012.

Outra ação que a Fiperj foi convidada a participar refere-se ao Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – Niterói, que é uma iniciativa inovadora

do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU e o Instituto Estadual do Ambiente - Inea, que busca contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação do solo da orla marítima. São objetivos estratégicos do Projeto Orla: o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada referente à orla; o desenvolvimento de certos mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; e o estímulo de atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.



Macrozona II – praias oceânicas de Niterói
Fonte: PMN/SMU-UDU – Equipe Projeto Orla.

O acompanhamento das ações propostas no Plano de Intervenção e suas consequências deverão ser, então, realizados pelo Comitê Gestor. O mesmo poderá estabelecer a periodicidade da elaboração de relatórios padronizados de acompanhamento para as ações. Será realizada Audiência Pública que destina-se a fomentar e permitir a participação das comunidades interessadas e comprometidas no Projeto, que tem por finalidades específicas, além de dar transparência e maior visibilidade ao processo do Plano de Gestão: construção do Plano de Gestão Integrada da orla marítima; procedimentos das Propostas do Plano de Gestão; e composição do Comitê Gestor da Orla (capacitados nas oficinas).

Projeto Paraíba do Sul

O Projeto Contribuição Ambiental da Pesca Artesanal no Rio Paraíba do Sul, tem por objetivo o atendimento parcial do que foi estabelecido pelo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.INEA nº 026/10, firmado entre a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, o

Instituto Estadual do Ambiente – INEA e, de outro lado, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – Usina Presidente Vargas - UPV, em 04/10/10. Este projeto visa envolver pescadores artesanais do rio Paraíba do Sul, devidamente regulamentados junto ao MPA, em atividades relacionadas ao seu ambiente de trabalho, contribuindo, assim, para a sustentabilidade ambiental, tornando-os agentes importantes neste processo, resultando em benefícios para o ambiente e para o setor pesqueiro. Cabe ressaltar que pescadores serão capacitados em diferentes áreas, podendo atuar como multiplicadores nas premissas de conservação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável; estarão contribuindo com a pesca no futuro. Ao participar deste projeto ainda estarão habilitados para atuar em outras iniciativas que envolvam a temática ambiental na região. O Projeto ora proposto para o rio Paraíba do Sul em sua porção fluminense se justifica por:

- Atender parcialmente o estabelecido pelo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.INEA nº 026/10.
- Necessidade de contribuir para a “qualidade” ambiental, uma vez que a área em questão abrange diferentes ecossistemas (mata ciliar, manguezal e aquático)
- Atender uma demanda do setor produtivo, de acordo como consta no relatório da Fiperj de 2008, como, por exemplo, o monitoramento e o repovoamento do rio com espécies nativas.

Objetivos Específicos:

- Treinamento de cerca de 640 pessoas, particularmente pescadores artesanais e seus familiares, em temas relacionados ao projeto, com foco na sustentabilidade e consciência ambiental;
- Monitoramento biológico da ictiofauna nativa e da produção pesqueira do rio Paraíba do Sul durante a vigência do projeto;
- Repovoar o rio Paraíba do Sul com meio milhão de juvenis de peixes nativos com base nos resultados apontados pelo monitoramento biológico da ictiofauna.

1.3.6 - Ordenamento Pesqueiro

O ordenamento pesqueiro é o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, sobre a base do conhecimento atualizado dos seus componentes biológicos pesqueiros, econômicos e sociais. Deve ser aplicado de forma a conciliar o princípio da sustentabilidade do recurso pesqueiro com a obtenção de maiores resultados econômicos e sociais. A equipe técnica da Fiperj tem participado das ações voltadas ao ordenamento pesqueiro de determinadas espécies e ecossistemas, a fim de contribuir com o processo de normatização.

Na Região dos Lagos, o processo de ordenamento pesqueiro se iniciou para dois ecossistemas de grande importância para a atividade. A Lagoa de Saquarema, que perfaz uma área de 24 km², já foi uma grande produtora de peixes e crustáceos. A ligação permanente com o mar através da barra franca possibilita uma melhor circulação e oxigenação da água, que sofre com a poluição do Rio Bacaxá.



Reunião de ordenamento pesqueiro em Maricá

A Lagoa de Araruama é o maior ecossistema lagunar hipersalino em estado permanente do mundo, com uma área de 220 km². A poluição, a diminuição do espelho d'água pela ocupação desordenada da orla e o assoreamento, tornaram a pesca mais difícil. A comunidade, consciente de que a gestão compartilhada precisa ser exercida com o intuito de melhorar as condições de sobrevivência do pescador artesanal, se mobilizou no sentido de se iniciar um processo de ordenamento pesqueiro.

A Câmara Técnica de Pesca do Comitê de Bacias Lagos São João discutiu nos últimos anos uma minuta de Portaria para ordenar a atividade pesqueira nas Lagoas de Araruama e de Saquarema, embasada em estudos prévios de composição da ictiofauna e no conhecimento empírico dos pescadores que usufruem das lagoas e que delas tiram seu sustento. A minuta está em análise pelo MPA e Ibama para posterior publicação.

Em Maricá, a Prefeitura Municipal começou um processo de ordenamento pesqueiro do sistema lagunar e da costa, após a realização de uma audiência pública em que a comunidade pesqueira demandou essa discussão, por ter tido conhecimento do processo de ordenamento que ocorreu nas Lagoas de Araruama e Saquarema.

A Bacia Hidrográfica do Sistema Lagunar de Maricá abrange cerca de 330 km² e encontra-se situada, principalmente, no município de Maricá, abrangendo uma pequena área localizada em Niterói. A bacia é drenada através de pequenos rios e o sistema lagunar é constituído por quatro lagoas interligadas por diversos canais, sendo de leste para oeste, as seguintes: Lagoas de Guarapina, do Padre, da Barra (Lagoa de Guaratiba) e a Lagoa de Maricá. Existe, ainda, a Lagoa Brava, com área de 1,2 km², que drena para a Lagoa de Maricá através do Canal de São Bento. A área total do sistema lagunar é de 37,7 km². Desde a década de 1950, as lagoas são interligadas com o mar através de dois canais, o de Itaipuaçu e o de Ponta Negra. A costa de Maricá possui 46 km de extensão, situando-se em frente às Ilhas Maricá.

Os atributos do Sistema Lagunar e da costa de Maricá propiciam interesses socioecológicos e econômicos que muitas vezes são contrastantes. O despejo de esgoto e outros efluentes nas lagoas, além da expansão urbana,

turística e industrial são fatores que modificam a condição ambiental do ecossistema e muitas vezes influenciam na qualidade dos serviços ambientais prestados. A pesca é um deles. O município de Maricá, até o início da década de 50, tinha sua economia baseada na atividade pesqueira. O panorama atual é uma economia diversificada, mas que mantém a pesca como componente importante. Além dos fatores que se referem ao desenvolvimento econômico da região, a tecnologia de pesca empregada e o uso de áreas de pesca e dos recursos pesqueiros de forma desordenada também geram conflitos entre os envolvidos e podem prejudicar a manutenção das populações exploradas.

Sob a ótica da gestão compartilhada, Fiperj, Ibama, MPA, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Federação, Colônia e Associações de pescadores integram a Câmara Técnica Provisória de Pesca de Maricá, com a finalidade de realizar o ordenamento pesqueiro na região. Foram realizadas visitas técnicas às comunidades pesqueiras do entorno das lagoas e na costa para reconhecer a realidade da pesca local.

Este processo deu subsídios para que, com a participação de todos, fossem estabelecidas normas que regem a atividade pesqueira no Sistema Lagunar de Maricá e costa, objetivando o uso sustentável dos recursos e a minimização de conflitos. As discussões vão continuar em 2012, com o objetivo de produzir uma minuta de Portaria ou Instrução Normativa específica a ser analisada pelo MPA e Ibama.

No município de Armação dos Búzios, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca teve a iniciativa de criar uma unidade de conservação prevendo o ordenamento das atividades de turismo, náutica e pesca, respeitando o meio ambiente. A Área de Proteção Ambiental Marinha de Búzios circunda toda a península, entre os dois limites litorâneos com o município de Cabo Frio. A área marinha engloba a Ilha Feia, a Laje Alta e a Laje da Alagada. O Parque dos Corais tem três núcleos, nas praias da Tartaruga, João Fernandes e Ilha do Caboclo. A intenção da Secretaria é credenciar os pescadores de sardinha para atuar dentro da APA e proibir o cerco de rede de praia apenas onde há presença de formações coralíneas, pois estes organismos são essenciais para a biodiversidade deste ambiente aquático, mas que já estão em processo de degradação. Em 2011 técnicos da Fiperj participaram de um curso de formação de educadores ambientais que atuarão na rede pública de ensino, ministrando palestra sobre a importância da pesca e da maricultura local.

No litoral sul do estado, na Região da Costa Verde, a UFRJ e a Fiperj, em convênio com o MPA, executaram o projeto "Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aquicultura e Pesca na Baía da Ilha Grande – Gpesca BIG". Esse processo visa estimular a gestão compartilhada, empoderamento comunitário, governança, e propiciar novas institucionalidades. O projeto de Pesquisa-Ação consistiu em entrevistar, aplicar questionários e fazer reuniões (comunitárias ou ampliadas) atendendo mais de 500 pessoas. Teve ampla participação do segmento pesqueiro e também contou com um grupo de colaboradores com grande conhecimento e atuação na região.



Reunião do GPesca

A partir das oficinas comunitárias, verificaram-se os problemas prioritários para os pescadores:

- Áreas de Exclusão de Pesca e Unidades de Conservação.
- Abordagem durante as operações de fiscalização e a falta de fiscalização sobre as embarcações pesqueiras de médio e grande porte e sobre as que atuam em outras atividades de turismo, setor de petróleo e gás.
- Falta de emissão de Permissão de Pesca para os pescadores artesanais.



- Desrespeito aos períodos de defeso e dificuldade de se acessar o seguro-desemprego específico para pescadores (seguro-defeso).
- Atuação de embarcações pesqueiras de outros municípios e estados, que utilizam tecnologias com maior poder de captura.
- Atuação de embarcações de turismo e setor de petróleo e gás.
- Poluição das águas da BIG.

Ao longo do processo de sistematização, os resultados (problemas e propostas de solução) foram reunidos em eixos temáticos, quais sejam: Ordenamento Pesqueiro; Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Pesca e Aquicultura; Educação, Pesquisa e Extensão. Cada eixo abarca uma série de sugestões que colaborarão para o desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas na BIG.

Este projeto tem desdobramentos em 2012,